

BIBLIOTECA
**HUMANÍSTICA
E TEOLÓGICA**



O PENSAMENTO E A OBRA DE TEÓFILO BRAGA

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA **PORTO**

Título · O Pensamento e a Obra de Teófilo Braga

© Universidade Católica Editora · Porto
Rua de Diogo Botelho, 1327
4169-005 Porto, Portugal · T. +351 226196200
E. uce@porto.ucp.pt · www.uceditora.ucp.pt

Coleção · Biblioteca Humanística e Teológica
Coordenação gráfica da coleção · Olinda Martins
Capa · Olinda Martins
Imagem da capa · Teófilo Braga, Presidente do Governo
Provisório, retratado em sua casa, 1910 – www.alamy.com
Paginação e revisão do texto · Mário Azevedo

Data da edição · maio de 2019
Tiragem · 200 exemplares
Execução gráfica · Papelmunde
ISBN · 978-989-8835-64-2
Depósito legal · 455960/19

Edição patrocinada pelo Fundo Ângelo Alves,
instituída pela Irmandade dos Clérigos

Apresentação
António Martins

Certezas e incertezas
António M. B. Ma

Teófilo Braga: um
Amadeu Carvalh

A reflexão e a teo
José Esteves Perei

O ideário filosófi
António Braz Tei

Raul Proença e o
António Pedro M

Traços gerais da
Celeste Natário

A filosofia da reli
histórico-simból
Afonso Rocha

Os mitos cristão
José Acácio Agui

Artur Manso

Instituto de Educação/CIED – Universidade do Minho

Soluções positivistas para a educação portuguesa

1. Neste ensaio far-se-á um excuro pela extensa obra de Teófilo Braga (1843-1924) intitulada *Soluções positivistas da política portuguesa* (1879)¹, considerada a partir da reedição em dois volumes, pela livraria Chardron, Lello & Irmão em 1912², atualizando, agora, a ortografia. Ao longo destes volumes Teófilo expõe parte do seu pensamento sobre o que considera serem as necessárias reformas da sociedade portuguesa com vista à formação de uma República bem ordenada sob a égide do cientismo positivista em que, na altura, tal como tantos outros, depositava grandes esperanças para a regeneração da nossa Pátria. Note-se que o terceiro volume da edição de 1879, sob a chancela da Nova Livraria Internacional e inserido na coleção Biblioteca Republicana Democrática, acrescenta que «esta última parte das *soluções positivas da política portuguesa* servirá de preâmbulo ao Plano de Constituição Democrática Portuguesa e ao *Plano de Constituição Federal Peninsular*», fazendo, assim, depender o sucesso da República Portuguesa do estabelecimento de uma Federação Peninsular.

Aqui tentarei, apenas, pôr em evidência o que a referida publicação contém quanto ao seu ideário educativo e às reformas para que aponta. A minha preocupação, não é fazer um levantamento das ideias pedagógicas de Teófilo Braga, mas tão-só, pôr mais a claro, ao longo desta coletânea de textos de intervenção e doutrinação política e cívica, a importância que, neste campo, a sua reflexão evidencia, uma vez que é o produto das múltiplas aparições públicas onde se pronunciava sobre o assunto. Que a educação tinha um papel preponderante nos desígnios da regeneração nacional fica bem evidente quando coloca como

1 *Soluções positivistas da política portuguesa*, 3 vols. (1879). Lisboa: Nova Livraria Internacional.

2 *Soluções positivistas da política portuguesa*, 2 vols. (1912). Porto: Liv. Chardron, Lello & Irmão. [Edição utilizada].

título ao capítulo preliminar da obra *Eduquemos o povo*, deixando claro que essa tarefa deveria iniciar-se em confronto com o ideário vigente da monarquia constitucional que se suportava no conservantismo, no centralismo e na hipocrisia liberal. Porque o país se encontrava apático, em grande parte devido à passividade do povo, que pouco ou nada se interessava pelos destinos da Nação e pela forma como era governado, e como os cidadãos escolarizados e educados eram residuais, entendia só haver uma meio para fazer avançar a sociedade, que é:

exercer como força impulsiva e organizadora a função *política* [...]. Em Portugal tudo depende do governo, e nada se sustenta sem estímulo oficial; mas os governos que se sucedem não têm plano político e dispendem as suas energias em expedientes de conservação. Daqui uma profunda decadência. Para sair deste estado de atrofia geral é preciso fazer circular ideias e provocar o conflito de opiniões (ib.: 3).

684 A educação que aqui preconiza, numa fase de agitação social, não tem nada a ver com um plano pedagógico que pudesse abranger a totalidade dos cidadãos. Nesta fase, Teófilo parece encarar o ensino como um esforço de sensibilização das camadas adultas para o empenho político, o qual seria propedêutico para a substituição da Monarquia pela República. Nas suas ações cívicas, particularmente desenvolvidas na província ignorante e atrasada, fazia circular os ideais republicanos e alertava para a necessária substituição do regime, labor esse que deu origem a estas preleções:

Desses artigos dispersos na urgência militante, mais unidos racionalmente em um ponto de vista científico, juntamos alguns [...] para que pela mútua coerência procurem exercer uma ação mais sugestiva e uma maior compreensão do que precisamos (ib.: 4).

2. Pela análise ao índice destes extensos volumes, podemos ver que o seu trabalho de doutrinação abarcava o essencial da organização social, procedendo a uma análise rigorosa do regime vigente e explicitando os benefícios que resultavam da substituição da Monarquia pela República, nomeadamente, o mais importante e decisivo, a participação de todos na escolha de quem os venha a governar. A organização do Estado e

os limites à liberdade individual, os direitos e os deveres de cada um, a cedência de Portugal a forças estrangeiras que prejudicavam a sua autonomia e independência como os tratados com Inglaterra, o absolutismo governativo, a impreparação e incompetência de quem governava, as críticas ao constitucionalismo monárquico, os vícios da governação resultantes da aliança da monarquia com a clero, o descomunal poder da Igreja e das Ordens religiosas em Portugal, fixam o essencial da sua reflexão. Paralelamente faz a apologia às virtudes da governação republicana e laica, diretamente dependente da vontade popular e regida por uma ética do dever assente em valores perenes que ajudam a frutificar em toda a sociedade a trilogia consagrada pela Revolução Francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade, sustentáculos de uma vontade coletiva em que todos se hão de reconhecer como iguais.

Teófilo Braga parece sincero naquilo que propõe. Apesar da recorrente autocomiseração, sempre esteve perto das elites, o seu pai, antigo oficial miguelista, desprezado agora pela monarquia constitucional, ocupava-se como professor do Liceu, profissão que na altura tinha prestígio e granjeava consideração, a sua mãe pertencia à aristocracia dos Açores. Nascido na Ilha de S. Miguel, foi para o continente para prosseguir os estudos, onde, na única Universidade do país, concluiu o curso de Direito (1867). Por desentendimentos familiares, ele que era órfão de mãe desde muito cedo, trabalhou como tipógrafo e após ser rejeitada a sua candidatura, por mais de uma vez, a docente na Universidade de Coimbra, acabou por ir lecionar no Curso Superior de Letras de Lisboa (1872). Como combatente da causa em que acreditava, a República, funda, nesta cidade, em 1879, o Centro Republicano Federal de Lisboa. O seu percurso em torno dos ideais republicanos era tão intenso que o levou, após a revolução e por um curto período, em 1915, a desempenhar o cargo de Presidente da República.

Foi um homem de ideias e de combates. Positivista numa época em que este sistema estava no auge, tentou combater o abstracionismo do nosso ensino com as propostas do cientismo positivista em voga na Europa culta. Quando lecionava no Curso Superior de Letras propôs, sem sucesso, a criação de uma Faculdade Sociológica na qual se ensinassem as disciplinas em voga: Sociologia, Etnologia, Arqueologia, História, Economia Política, entre outras. A ideia de escola que professava punha totalmente de parte o ensino especulativo que a vinha caracterizando,

passando a ser orientada pelo cientismo positivista, e exigia que fosse totalmente laica. Era, por isso, um forte crítico da única Universidade Portuguesa, a de Coimbra, que, em seu entender, continuava impregnada de um ensino livresco e metafísico, pouco ou nada tendo que ver com o que eram os dados da ciência de então e as necessidades de formação das elites que proximamente iriam governar o país. Essas elites, porque incompetentemente ensinadas, revelavam-se desastrosas na condução dos desígnios da Nação que se encontrava num estado lastimável. Esta era também a convicção, ao tempo, de muitos outros intelectuais, mesmo monárquicos. Lembro apenas as centenas de escritos sobre a questão educativa inseridos ao longo de 15 anos na *Revista de Educação e Ensino* (1886-1900). Aí o seu diretor, M. A. Ferreira-Deusdado (1857-1918), defensor do absolutismo monárquico, aponta as deficiências do ensino português e propõe diversas soluções para a sua reforma. Desse empenho pedagógico-educativo resultou a reforma dos programas de Geografia, História e Filosofia no ensino liceal, bem como a demanda pela preparação pedagógica dos professores, que em Portugal poucos consideravam, chamando, ainda, a atenção para a Psicologia, que enquanto ciência se revelava de grande utilidade para as questões ligadas ao ensino e à aprendizagem. Não obstante este interesse comum, Deusdado, nos antípodas de Teófilo, lutava com todas as forças contra o cientismo positivista. Na verdade, o combate em torno da questão educativa não foi apenas um esforço da nova mentalidade republicana que guiava os seus ideais pelo cientismo positivista. As críticas à forma como a monarquia constitucional governava o país confluíam nos reformistas de índole republicana e naqueles que defendiam o tradicionalismo monárquico. Ambos os lados enfatizavam que o progresso da ciência é essencial à boa organização das sociedades, pois se não tivermos em conta o avanço científico, nem a tradição se afirma, nem a modernidade se prepara.

Em termos de aquisição de conhecimento e sua repercussão na vida dos indivíduos e das sociedades, Teófilo colocava a Literatura e a Arte como elementos da síntese afetiva, a Política enformava a síntese ativa e a Filosofia a síntese especulativa. Seguindo o seu mestre Auguste Comte (1798-1857), pretendia que o ensino e a educação se dirigissem, simultaneamente, ao intelecto, à sensibilidade e à ação. Desta forma, educar os indivíduos era cuidar do seu progresso intelectual e moral, bem como ensiná-los a fazer as coisas, de acordo a produzir mais e melhor. O intelec-

tual republicano escolheu a monumental obra *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a ilustração pública portuguesa*, redigida entre 1892 e 1902, que ocupa quatro volumes, para deixar fixado o seu plano de ensino e educação, distribuindo-o em três graus: o ensino primário, nacional, 4-14 anos, o secundário ou elementar, que seria preparatório da Instrução Superior ou Teórica, distinguindo, nesta última, o ensino geral, abstrato e o ensino especial, incluindo neste último, o ensino politécnico³. De facto, nas suas *Soluções positivistas...* quanto à questão da instrução e da educação, não revela as mesmas preocupações. Numa altura em que era preciso mudar o sentido do país para o colocar na senda do progresso apregoado pelos republicanos, regime já abraçado por parte dos Estados europeus, o sentido pedagógico da sua ação política que aqui fixou, tinha como função *exercer uma força impulsiva e organizadora* que fizesse circular ideias que provocassem o confronto das opiniões, uma vez que a letargia continuava a ser o estado natural dos portugueses:

Ninguém pensa em servir o seu país, ninguém estuda, ninguém se aperfeiçoa, ninguém cumpre o seu dever; e contudo esta sociedade subsiste pela força da inércia (ib.: 6).

687

3. Na assunção de que o atraso de uma sociedade só pode ser debedado por um trabalho educativo intenso, Teófilo Braga questiona, nas primeiras páginas dos volumes aqui estudados, a situação da educação dos portugueses e como o Estado tem lidado com a instrução pública. Desse diagnóstico saem as seguintes conclusões:

Aí andam os júris dos exames funcionando por ordem do governo, que é o primeiro que nas suas circulares exige que se ponham peias àqueles que aspiram à instrução. É incrível, mas é verdade. A ignorância geral é profunda, mas um governo querendo desafogar-se da empregomania, dificulta materialmente com propinas e com alguns examinadores boçais essa pouca instrução (ib.: 7).

³ Cf. Matos, Sérgio Campos (2003). «BRAGA, Joaquim TEÓFILO Fernandes», in AA. VV., *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Asa, pp. 191-195.

Para si era evidente que a conservação da monarquia se devia à pouca instrução do povo. Instruir e educar é abrir horizontes, confrontar ideias, dar a conhecer o desconhecido, pôr os indivíduos a par daquilo que de mais significativo se vai passando nas sociedades mais avançadas. A ignorância retém os indivíduos em níveis de subdesenvolvimento intelectual que, no desconhecimento do progresso, aceitam acriticamente o que os seus governantes lhes dizem ser a verdade e o que mais convém a cada um e à sociedade de que faz parte. A falta de instrução e educação do povo português era de facto chocante, em todas as idades e níveis de escolarização:

A cada instante se está conhecendo a imensa falta de noções científicas que sofre o povo e em geral a sociedade portuguesa, já em consequência de não existir uma Instrução pública desprendida de um luxuoso e estéril humanismo (*Liceus*) ou de uma confusa de disciplinas fundamentais e práticas (*Politécnicas*) e de um vício de palavrosa metafísica (*Universidade*); já, finalmente porque nos nossos costumes não existe o hábito e a necessidade das viagens que suscitariam as comparações e assim o conhecimento do nosso atraso (ib.: 7-8).

688

Os graus superiores de ensino estavam contaminados por uma retórica estéril que, ao não acompanhar os avanços da ciência, mantinha Portugal e os portugueses num atraso considerável. O ensino não fazia nem ensinava a fazer, reproduzia apenas, assente na memória e na conservação de modelos anquilosados: a metafísica sobrepunha-se à física; a teoria sobrepunha-se à prática; o reproduzir sobrepunha-se ao fazer; a imitação sobrepunha-se à criatividade. No entender de Teófilo, era necessário elevar o povo:

pela instrução, não essa instrução oficial estéril, mas o ensino livre da tecnologia e das relações morais e jurídicas cuja síntese é o estado. Só assim é que o povo virá a ter consciência da sua força e saberá ter vontade, porque terá então isso que lhe falta – a inteligência da sua situação (ib.: 12).

A falta de instrução era um dos maiores incentivos para a ação dos republicanos:

A unidade de ação do partido republicano não depende das combinações de chefes, mas desse acordo e inteligência da sua situação, que é onde reside o segredo da força invencível do povo. Ensinemo-lo, doutrinemo-lo, expliquemos-lhe os seus direitos derivados dos seus deveres para com a pátria e para com a solidariedade social; levantemos-lhe o espírito pela sua história nacional, e então ele saberá mover-se, por uma vez convencido nenhum dique é capaz de sustê-lo (ib.: 12).

Há, de facto, a ideia de que a Nação enquanto organização dos vários indivíduos que a constituem é uma entidade suprapartidária. A apatia do povo não é da sua responsabilidade, mas sim do pouco investimento que os governantes fazem na sua formação e educação. O evolucionismo positivista era o credo desta gente que mantinha a esperança de que um povo educado segundo esta doutrina entraria, obrigatoriamente, na rota do progresso que se ia consolidando pela transposição das leis da natureza para a vida social:

A natureza na sua perpétua evolução ensina-nos como se devem fazer as transformações sociais, sem abalos, sem trepidações, sem exaltação partidária (ib.: 29).

Todos os recantos da sociedade confluíam no propósito de não reformarem o sistema educativo que privilegiava as elites na exata medida em que desconsiderava a grande massa popular que era analfabeta e inculta. A monarquia e o seu séquito mantinham os portugueses isolados do mundo para assim governarem com oposição reduzida:

superstições clericais, militarismos, dinastias, intrigas diplomáticas, argentarismo, hoje ligados para que a educação intelectual não leve ao maior número a noção positiva da sua igualdade e se conserve nesse estado de sentimento, que se manifesta nas revoluções, que eles próprios, incitam como pretexto para justificar o monopólio e o emprego da força (ib.: 36).

A ineficácia da instrução popular e o desprezo a que era votada devia-se ao monopólio que o Estado tinha nesta área, pois, direta ou indiretamente, dominava por completo o sistema de ensino e escolhia manter o povo afastado da formação escolar que dirigia apenas às elites para

a aquisição de um teorismo que nada ajudava o país. O conhecimento científico ia fazendo um percurso assinalável, mas Portugal mantinha-se fiel ao tradicionalismo e assentava as suas crenças e valores num emaranhado teórico incapaz de contribuir para o progresso da Nação, limitando-se a reproduzir modelos já gastos e a não permitir que os novos saberes ajudassem na transformação da sociedade:

a instrução pública está atrasada e não instrui para profissões úteis à sociedade, e o próprio estado, concorrendo com as indústrias particulares agrava esta situação desesperada com uma incalculável dívida pública. Enfim o espírito nacional está sem energia, e nas ciências e na literatura sente-se o vazio de uma mediocridade geral (ib.: 42).

690

A falta de critério científico fazia com que a monarquia governasse o povo assente no medo, o que lhe deixava um amplo campo para discricionariamente exercer o poder que mais lhe interessava. Teófilo fortalecia o seu pensamento sobre os direitos civis que vinha alimentando, seguindo, entre outros, F. Bacon (1561-1626), D. Hume (1711-1776), Kant (1724-1804), Stuart Mill (1806-1873), H. Spencer (1820-1903), E. Littré (1801-1881), cujo pensamento estava na base do argumentário usado em defesa das liberdades individuais que suportavam o sufrágio universal e o regime republicano. Em sua opinião, a instauração da república, ao aplicar o método científico à organização da sociedade, provocaria as mudanças que eram necessárias e, num plano de efetiva igualdade, faria com que todos se sentissem parte integrante da mesma comunidade e, coletivamente, contribuíssem para a sua regeneração:

Para que a opinião democrática transforme as monarquias exaustas em vigorosas repúblicas, é preciso que essa opinião se estenda ao maior número de indivíduos. Por que forma? Pela difusão do ensino científico, de que essa opinião é um simples corolário: os governos monárquicos deixam jazer os povos na estupidez porque assim asseguram a sua criminosa estabilidade; fazem da instrução pública um monopólio, mandam ensinar o catecismo católico para adquirirem a obediência passiva, mas não deixam penetrar no povo rural os elementos de direito político; de ordinário os poderes acumulam a profissão de mestre-escola para se tornar ainda mais improficuo o ensino (ib.: 50-51).

Era uma evidência que o desenvolvimento dos povos e a melhoria das suas condições de vida estava intimamente relacionado com o progresso científico que tinha modificado as formas de produção e a respetiva organização do trabalho. A indústria e as profissões técnicas precisavam cada vez mais de conhecimento especializado e de indivíduos que soubessem operar com as máquinas. O trabalho braçal era cada vez menos e a produção cada vez maior. Os povos beneficiavam das novas condições de fabrico que implicavam melhores remunerações, mais horas de descanso, mais direitos sociais. Portugal, arredado do progresso, mantinha um sistema produtivo obsoleto, assente no trabalho braçal que nenhuma qualificação exigia. Teófilo e os republicanos tinham a plena certeza de que se os portugueses soubessem de como a vida lá fora era incomensuravelmente mais próspera e que essa prosperidade se devia ao modelo científico e à organização republicana, depressa haveriam de aderir ao novo ideário, e a educação, pondo o indivíduo em contacto com as necessidades do seu tempo, seria o mais forte instrumento propiciador da mudança:

Para que uma sociedade progrida é necessário que o povo se interesse pelos seus direitos, e que produza a forma governativa que há de tornar efetivos esses direitos; por isso o grande trabalho do nosso tempo consiste em ensinar ao povo a converter esse interesse em opinião política, e a derivar dessa opinião a vontade nacional que há de fundar a única e legítima soberania sobre a terra – a república (ib.: 57).

A república filiar-se-ia diretamente no progresso intelectual, pois escolher e fazer-se escolher em consciência e por sufrágio universal exigia, em termos da sociedade média, o desenvolvimento do intelecto pela disseminação das ideias e da cultura, a níveis que Portugal nunca tinha alcançado. Interessava aos republicanos combater o centralismo educativo que por decreto os políticos mantinham estagnado, disseminando-o com o recurso a um prol de professores pouco preparados, submissos e, em muitos aspetos, incapazes. Se a esta realidade juntarmos o alto custo da educação superior que os políticos não estavam dispostos a suportar, percebemos melhor como as elites se mantinham no poder, mesmo que a sua inteligência não abundasse e a sua falta de preparação e cultura fossem marcantes:

O vício centralista mata a educação individual que se faz com o exercício das funções das liberdades locais; a falta de bases sérias na família lança habilidosos na corrente das funções políticas para satisfazerem as necessidades fictícias da situação doméstica que criaram (ib.: 205).

4. A doutrinação assentava num olhar diferente sobre as gerações novas, e aqueles que estando perto de iniciar a vida ativa se preparavam para desempenhar funções de relevo na governação eram os indicados para serem instruídos com o recurso ao novo ideário. Para o triunfo do seu projeto, também achava desadequadas as aclamadas ideias sobre educação de Almeida Garrett (1799-1854), mesmo reconhecendo-lhe o mérito de ter fundado o Conservatório e o Teatro Nacional. Também a Universidade de Coimbra, ao tempo a única Universidade portuguesa e, por isso, local de formação das elites de onde saíam os governantes, era fortemente fustigada pelas suas críticas:

692

No dia em que a Universidade de Coimbra levar o golpe indispensável para que se emancipe do estéril humanismo jesuítico em que se definha, e para que se liberte do caricato e pedantesco formalismo medieval que a estupidifica, nesse dia, com certeza a ficção monárquico-constitucional ficou ferida de morte, por falta dos habilidosos que conservam este aforismo – *governar é palavrear* (ib.: 177).

O povo é a mola da revolução, mas se não houver uma elite esclarecida que o organize e conduza, a sua força dispersa-se e as mudanças dificilmente chegam a bom porto. Teófilo considerava que o investimento do Estado estava mal canalizado, pois em vez de ser dirigido para a formação e educação, transferia-se o dinheiro para a manutenção de uma polícia que, em vez de educar, reprimia o povo, de onde, aliás, vinham aqueles que a constituíam, portadores de níveis de ignorância avassaladores. A liberdade de associação e opinião era, assim, uma miragem, pois qualquer iniciativa que a promovesse acabava reprimida pela brutalidade das forças da lei:

Conserva-se a instrução pública sistematicamente amesquinhada, dependendo as quantias destinadas à instrução do povo em pagar a uma polícia de janízaros, nas duas capitais do país empregada a espadeirar e a

fuzilar os cidadãos quando se não mostrem satisfeitos com o sistema (ib.: 205-206).

Se o governo do país pouco fazia pela educação do povo, a situação não mudava quando analisada sob o ponto de vista da intervenção da igreja, instituição onnipresente e fundamentalíssima na estrutura sociocultural do país:

O clericalismo bem conhece que há uma enorme maioria que não tem educação científica; procura a multidão ignorante dos campos, as mulheres impressionáveis, a velhice semi-idiota e a infância que se leva por contos, como elemento da sua propaganda e como fundamento com que se impõe ao poder civil (ib.: 231).

A crítica é contundente e acertada, mas quanto ao que entende sobre educação científica, nada lhe ouvimos dizer. A melhor ciência e educação seria a que a cartilha positivista achava mais conveniente, que implicava a substituição da cartilha jesuítica e da doutrina social da Igreja pelos princípios do cientismo positivista que se iam estabelecendo um pouco por todo o lado:

Impõe-se no ensino oficial uma religião do estado, e reprova-se o aluno que deu no exame provas de suficiência científica mas que não respondeu automaticamente às perguntas da *Cartilha de Mestre Ignácio* remodelada pelo catecismo de Montpellier (ib.: 245).

Teófilo opunha-se a qualquer intenção de legalização das ordens religiosas e na defesa encardida da sua ideia de liberdade, não permitia que alguém fosse livre de escolher uma religião ou ingressar numa organização religiosa. As ordens, para si como para os cartistas liberais, nada de bom traziam ao país, e quanto aos Jesuítas, a acentuada perseguição não abrandava, considerando que esta organização contrariava a liberdade do pensamento e tolhia os espíritos. Mesmo com o laicismo mais ou menos instituído, em seu entender, a política educativa continuava a ser uma réplica da organização escolar dos jesuítas, que considerava nefasta ao progresso que o país exigia:

veja-se essa estúpida reforma de instrução pública secundária baseada sobre o ensino das disciplinas por *classes*, se ela não é moldada sobre as classes dos colégios jesuíticos, e produzindo o mesmo efeito estupidemente (ib.: 297).

A educação jesuítica continuava a ser uma obsessão na análise do panorama educativo a que os republicanos procediam, pouco se diferenciando nessas críticas de uma boa parte dos decisores da monarquia constitucional que a partir de 1834 quiseram, pela força da lei e a repressão das liberdades, laicizar a todo o custo a sociedade portuguesa. Neste, como noutros aspetos, os modos de proceder entre o liberalismo monárquico e a nova mentalidade que o derrubou, a República, era semelhante. Teófilo e o séquito dos republicanos estavam convencidos de que em Portugal continuava a haver um forte poder da educação jesuítica que era maléfica para o progresso intelectual e moral do seu povo:

694

Tal é a instrução propinada pelos jesuítas com que os pais se enganam e com que se iludem os examinadores, mas que prepara uma geração de idiotas, marcados pela vesânia religiosa (ib.: 303).

5. Após analisar o conteúdo destes volumes, vemos que neles a reflexão educativa não ocupa em especial o seu autor, mesmo que no início surja a promessa de *educar o povo*. As críticas abundam, mas as soluções, para além das ideias gerais do positivismo científico, não são relevantes, mesmo que termine com uma explicitação da *política positivista* e, seguindo esse desígnio, deixe bem vincado que:

compete ao político que governa o promover a maior atividade intelectual, organizando segundo esta importância a hierarquia da instrução pública e a disciplina da Pedagogia (ib.: 317).

Teófilo no seu tempo coloca os literatos em duas categorias: *empíricos*, aqueles que seguem os métodos tradicionais e são apóstolos do ensino escolástico e estéril; e os *científicos*, que tendo absorvido as novidades da corrente positivista, com o recurso à nova ciência, começam a catapultar o país para níveis de desenvolvimento mais aceitáveis:

os políticos empíricos continuam a considerar a ciência com a desconfiança teológica; apoderam-se da regulamentação da instrução pública para imporem programas oficiais, para graduarem as ideias vulgarizáveis, para submeterem ao preconceito da conservação as inteligências novas adestradas ao exame e ao grau científico, e não lhes bastando o desnaturarem os esforços intelectuais pela subordinação à ortodoxia teológica que persiste nos absurdos, dificultam a instrução pela extorsão das propinas, e conservam o povo no obscurantismo, opondo-se tenazmente a que se propague a liberdade de consciência (ib.: 318).

A composição da sociedade, na medida em que fazia assentar a educação dos seus cidadãos em modelos ultrapassados, ia gerando um conjunto de indivíduos que nos passavam a governar sem as bases científicas que a nova organização exigia. Como nada tinham aprendido sobre as novas exigências do corpo social, eram incapazes de fazer o que quer que fosse para melhorar a situação que herdavam, uma vez que se limitavam a reproduzir na sua ação os modelos anquilosados em que tinham sido educados:

para a política positiva, o progresso moral, sem o qual nenhum progresso económico é possível, é por si uma consequência do desenvolvimento intelectual; é este também o fundamento do *ensino obrigatório*, a origem do direito que compete ao estado de intervir na educação: para os políticos empíricos compete ao estado o direito de punir; mas como exigir responsabilidade àquele a quem se não deu a base dela, que é o conhecimento racional dos motivos que o determinam nos seus atos ou a instrução? O direito de punir é o corolário do ensino obrigatório [...]. Pela instrução, se estabelece a *liberdade filosófica* que encerra em si a manifestação dessa categoria de liberdades de consciência, de ensino, de imprensa e de cultos (ib.: 320-321).

Teófilo, querendo perfilhar a liberdade, exige que doravante a sua defesa seja supervisionada pela cartilha do positivismo científico. As doutrinas que defende buscam claramente uma ação condicionada a um fim previamente estabelecido. O indivíduo deve submeter a sua vontade aos interesses da ciência, e esta, com o seu monopólio, orientará cada um no caminho da liberdade e do progresso social que garantirá o interesse comum:

A política positiva é a redução dos fenómenos sociais a uma compreensão científica, e por isso as soluções não podem cair no vago das utopias; a Europa é o campo de aplicação, sendo este o lado relativo sobre que se apoiará o critério político (ib.: 335).

696

6. Quanto ao ensino e à educação dos portugueses, as *soluções positivistas* refletem as preocupações de Teófilo Braga enquanto cidadão empenhado na campanha de educação cívica e doutrinação republicana. Temos que reconhecer que o cenário que traça corresponde ao efetivo desinteresse que a educação e a instrução granjeavam por parte dos governantes, tendo a nítida perceção de que, sem instruir o povo, a república não poderia instaurar os seus ideais. Mostra ainda uma crença profunda no povo e num conjunto de valores perenes em torno dos quais essa massa se deve agregar no sentido de consolidar uma forte ideia de união nacional. A cada passo proliferam as críticas ao ensino abstrato e a defesa intransigente do positivismo científico como nova doutrina de organização e educação dos povos, mesmo que não nos deixe, nem sequer em tópicos, qualquer plano para uma efetiva política de educação. Na verdade, a estrita compreensão científica dos fenómenos sociais também limita a liberdade dos indivíduos, subjugando-os, agora, em nome da ciência, a uma orientação prévia das suas vidas em nome de um benefício social com que não se concorda e no qual não se descortina qualquer sentido. Mesmo com a exultação do cientismo que aqui acontece, o combate ao abstracionismo não me parece que seja feito em prol de uma ideia maior de liberdade individual e realização pessoal, mas sim em nome do novo ideário que assenta nos dados do conhecimento objetivo e só nesses. É, mais uma vez, a tentativa de tutelar a vida individual com o recurso a uma renovada ideologia assente em novos conhecimentos, que, diga-se em abono da verdade, permitem um melhor domínio do real e a sua conseqüente manipulação em prol de um maior progresso material, mas somente esse que está longe de conter a totalidade dos interesses de cada um.